

## CAPÍTULO 43

# Turismo insular em tempos de pandemia da covid-19

*Laercio dos Santos Silva*

*Sílvia Helena Zanirato*

A mobilidade é sabidamente um dos principais fatores a disseminar diferentes tipos de vírus pela sociedade (Iaquinto, 2002). Ela é essencial ao turismo, o que fez com que o advento da pandemia de covid-19, com as restrições de circulação e contenção de visitação, impactasse fortemente a atividade. O propósito deste capítulo é o de estudar como o Morro de São Paulo, ilha brasileira do estado da Bahia, vivenciou o isolamento imposto pela necessidade de medidas de restrição de circulação em função da pandemia de covid-19. O texto visa a responder a seguinte indagação: quais as consequências sociais no âmbito do turismo em Morro de São Paulo no período da pandemia de covid-19?

O trabalho se justifica pela importância do turismo como economia para Morro de São Paulo e as implicações que podem se dar em nível local, uma ilha que precisou se adequar às condições impostas pela contenção diante da gravidade do coronavírus. Nesse sentido, faz-se necessário pensar os rumos que a atividade tomou quando foi preciso implementar mudanças na rotina devido aos riscos de contágio, assim como a retomada da atividade em face tanto de trabalhadores que ficaram sem rendas, como de empresários sem a entrada de divisas. No meio do dilema entre o parar e o voltar à atividade, a comunidade acabou exposta ao vírus

O texto tem como objetivo principal analisar as relações resultantes de medidas visando ao controle da visitação turística no início da pandemia de covid-19, em uma localidade que depende fundamentalmente do turismo para a geração de emprego e renda.

Quanto aos objetivos específicos, são: entender a pandemia de covid-19 e a necessidade de controle social; compreender a importância da atividade turística em Morro de São Paulo, Cairu, Bahia; analisar as medidas públicas de contenção da disseminação da covid-19, em Morro de São Paulo; compreender a dinâmica da ilha num momento de contenção da circulação de pessoas; analisar as consequências da dinâmica e das alternativas para um turismo responsável.

A hipótese é a de que a priorização da atividade turística em Morro de São Paulo num contexto pandêmico resultou em consequências que levaram ao aumento de casos de covid na localidade, em particular entre as pessoas mais pobres do local.

Ao que se refere à metodologia, foram usadas as seguintes técnicas: leitura de material bibliográfico e de material obtido em trabalho de campo. Os trabalhos científicos e técnicos foram buscados nos bancos de dados do Web of Science, SciELO, no Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade de São Paulo (SIBi USP) e no Google Acadêmico. A busca se valeu das palavras-chave: turismo, turismo insular, covid-19, Morro de São Paulo.

Ganhou destaque na pesquisa o entendimento do turismo como uma atividade complexa, que envolve o deslocamento de pessoas para diversos lugares por diferentes motivos. Uma atividade capaz de gerar emprego e renda e, desde que com um planejamento adequado e inclusivo, proporcionar qualidade de vida à comunidade receptora.

Em se tratando de procedimentos metodológicos, no trabalho também se adotaram técnicas de pesquisa como a observação informal e a observação participante. A escolha dessas técnicas se deve ao fato de que o pesquisador deste trabalho esteve inserido na localidade durante cinco anos, primeiro em busca de trabalho na área do turismo, o que o levou a observar a dinâmica da comunidade e a refletir sobre as questões socioambientais da ilha onde se encontra Morro de São Paulo. O trabalho em uma agência de turismo permitiu uma interação maior com os turistas, que normalmente tinham curiosidades sobre a ilha. Houve turistas que viam o centro da localidade como uma oportunidade para empreendimentos, mas que tinham a curiosidade em saber como era residir na ilha. O trabalho também proporcionou uma aproximação com os moradores do local, em particular sobre suas condições de moradia, já que esses tinham uma interação no trabalho.

Essas interações provocaram os pesquisadores no momento que se iniciou a pandemia da covid-19, pois estava residindo na ilha, na localidade da Gamboa,

trabalhando na prefeitura municipal de Cairu, no Centro de Referência de Assistência Social da Gamboa.

Com uma semana de início do trabalho foi decretado estado de calamidade pública e as atividades foram suspensas, o que levou o pesquisador a olhar com mais atenção aos impactos da pandemia em sua relação com o turismo na comunidade. Nesse mesmo período, se iniciavam os estudos como aluno especial nos Programas de pós-graduação em Turismo e em Mudança Social e Participação Política na Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo.

A seleção dos entrevistados foi feita utilizando da técnica de bola de neve intencional. Os informantes-chave foram ZC e TS, com quem foi feito o contato para a estadia na ilha, e que indicaram pessoas para as entrevistas, como também tiraram dúvidas referentes a aspectos que só um morador de longo tempo pode dar. As entrevistas buscaram compreender como a população local vivenciou o período de maior controle da pandemia e quais foram as estratégias por ela adotadas quando o fluxo de turista diminuiu, bem como viveram a retomada da atividade turística quando se recomendava uma série de protocolos para manter a segurança tanto da população residente, como a dos turistas. Nesse sentido, foram entrevistados administradores, empresários, funcionários públicos, trabalhadores do turismo como agente de viagem, atendentes, recepcionistas e carregadores de mala. Ainda foram empregadas na análise material fotográfico e caderno de campo. A pesquisa foi aprovada pelo comitê de ética sob o número 5.642.263.

## Turismo insular

Antonio Carlos Diegues (1999) nos diz que as ilhas sempre despertaram o imaginário das pessoas pelo mistério visto em relação ao isolamento. Ele explica que na Grécia, as ilhas eram consideradas os lugares que eram destinados às pessoas que cometiam algo que ia contra os valores morais das comunidades. O mesmo autor mostra que, na Idade Média, as ilhas eram consideradas morada de anjos caídos e, ao mesmo tempo, paraísos terrenos, lugares sagrados. No decorrer do século XIX, a praia e a paisagem litorânea passaram a ser de interesse de pintores, escritores e de público como viajantes em busca de aventuras. As caminhadas nas praias passaram a ser vistas como uma experiência sensual, quando se criaram estações próprias para banhos para a classe abastada, como spas para tratamentos terapêuticos (Calvente, 1993).

O turismo no espaço insular traz algumas características para a localidade alterando o ritmo de vida da população, já que se configura como um espaço de ritmo mais lento que o do continente. O turismo faz com que a população vá se adequando às dinâmicas diferentes, com momentos de um maior fluxo de turistas e

outros de menor fluxo (Calvente, 1993). O sol é um determinante para esse ciclo: no verão as pessoas vão em busca do sol e, no inverno, esse já não é tão buscado, apesar de haver lugares – como na Bahia – onde, no verão, as águas são mais quentes e as pessoas conseguem permanecer mais tempo na praia, diferente de outros lugares onde a água fica tão gelada que não possibilita a entrada no mar.

Outra relação importante a ser pensada é o espaço vivido, quando se refere a um lugar. Em muitos casos, o morador acaba não se identificando com o espaço configurado em função do turismo, conhecido como espaço turístico, por apresentar uma série de serviços para turistas como lojas, hospedagens, restaurantes, clubes de festas e que não são acessíveis aos nativos. Em tais lugares modificam-se os aspectos paisagísticos inspirados em ilhas europeias e o morador local nem sempre se identifica com esse espaço, que é reforçado pelo fato de que ele sai dos espaços próximos da praia que se tornam mais e mais caros e vai viver em lugares distantes.

### O turismo em Morro de São Paulo no contexto da covid-19

Visando atender às recomendações, em 16 de março de 2020, a prefeitura de Cairu, por meio do decreto de N° 3.978, criou o Comitê Municipal de prevenção e controle da covid-19, com ações coordenadas pela Secretaria Municipal da Saúde/Vigilância da Saúde, com o suporte do Grupo Inter-setorial Permanente de Combate à Coronavírus. Em 17 de março de 2020, o Decreto 3.976 estabeleceu medidas emergenciais como o isolamento e a quarentena e a determinação de testes para investigar a difusão da infecção e buscar contê-la. As falas mostram o impacto inicial diante da constatação de que medidas teriam que ser tomadas para conter a disseminação do vírus na ilha. Esvaziar o local de turistas parecia inimaginável.

E ver aquela comunidade, principalmente de Morro de São Paulo, sem um turista, foi assustador, porque como se observa, a grande maioria dos trabalhadores de Morro de São Paulo reside ou são da Gamboa (Entrevistado 4 – CB, 2022).

A mesma sensação é compartilhada pela entrevistada abaixo:

Bem, só para você ter ideia, eu me lembro de, no dia 23, 24, nós fomos a Morro e aí o sentimento que pairou foi de meus olhos se encherem de lágrimas mesmo, porque o Morro estava vazio, não tinha nada, não tinha alternativa nenhuma como cozinheiro e jardineiro, não existia absolutamente nada para fazer (Entrevistada 3 – YM, 2022).

Devido já ter notificação de municípios com casos da covid-19 na Bahia, foi determinado que as medidas deveriam vigorar por 30 dias, podendo ser renovadas caso a situação continuasse. Entre as medidas estavam a suspensão de eventos políticos, desportivos, religiosos, shows, feiras, circos, eventos científicos, passeatas e afins, ou atividade com a presença de público superior a 50 pessoas (Cairu, 2020). Ainda assim, não se pode dizer que havia acordo:

Tinham políticos que defendiam que tinha que fechar tudo. E tinham políticos defendendo que tinha que escancarar, que a gente mesmo ia criar imunidade. A chamada imunidade de rebanho. Era um debate intenso nessa época. Por exemplo, parte do empresariado queria que mantivesse aberto. Eu, particularmente, defendia que tinha que fechar, porque, sinceramente, tinha e tenho medo da doença (Entrevistado 1 – LN, 2022).

O fechamento inicial foi adotado. Um morador explica como foi para ele naquele momento ficar sem renda, já que não era possível ter a atividade do turismo em sua extensão, pois o município tinha mais de 80% de sua renda baseada na atividade do turismo. Em 19 de março de 2020, o município decretou “situação de emergência” em todo o território por meio do Decreto 3.984. Entre as medidas, estavam a suspensão da circulação e de saída de qualquer transporte coletivo intermunicipal e intramunicipal público ou privado. Apesar disso, moradores relatam que havia moradores que estavam recebendo de maneira clandestina hóspedes em suas casas. É o que se viu quando um grupo denominado “Mulheres do Morro” emitiu em 10 de abril de 2020, uma carta falando dessas ocorrências, que foi publicada nas redes sociais e que logo depois foi repostada no jornal *Bahia Notícias*. Na carta, o grupo fala da falta de estrutura da ilha em relação a equipamentos de saúde, que não conseguiam atender a demanda populacional. Refere-se também a questões como o pouco policiamento, a existência de um único posto médico que funcionava 24 horas de forma muito precária. O grupo cita que não há hospitais, nem corpo de bombeiro e que os cemitérios estão com problemas, e ainda diz que:

Todos os dias chegam novos turistas, veranistas e moradores que migraram para o continente com suas famílias e que, agora, durante o período da quarentena, chegam à Tinaré pelas Segunda, Terceira e Quarta Praias do Morro e pela Gamboa, nas madrugadas e fora delas, em barcos fretados e até helicóptero (!). Não estão respeitando as determinações das Prefeituras de Cairu, de Valença e do Governo do Estado. Embarcações e veículos estão operando na clandestinidade entre Cairu – Valença e Salvador, pela BR-101 e pela BA-001 (Morro, 2020).

Na carta percebe-se o conflito entre as normas para a contenção e a não ação do poder público local e de alguns moradores em respeito às normas estabelecidas. A carta se refere às embarcações que levavam os moradores até Valença, que circulavam nas madrugadas e operavam com a capacidade maior do que previa o decreto. Outra questão dizia respeito ao procedimento para conseguir a autorização para ter acesso ao barco, que acabava gerando grandes filas, com aglomeração de passageiros e que os moradores, apesar de chegarem cedo ao local de saída das barcas, nem sempre conseguiam a autorização para circular. Em outra fala, uma entrevistada ainda trata de um grau de pertencimento da sua comunidade no sentido do receio

de pessoas de fora entrarem e contaminarem os moradores locais. Ela diz que, em grupos do WhatsApp, era comentado que em tal lugar era possível ver pessoas que não eram moradoras da ilha:

[...] tinham os grupos de moradores e aí rolava, tipo eu vi pessoas que não são moradores na praia, turistas; tem lugares aceitando turistas *nan nan nan*. Teve, rolaram festas clandestinas e outras situações, mas a ilha fechou, foi um breu total aqui. Mas acho que foi importante o fechamento, já que aqui foi um lugar que não teve problemas tão grandes da pandemia como muitas mortes (Entrevistado 8 – AV, 2022).

A entrevistada acredita que as medidas adotadas pelo poder público local para evitar a transmissão da doença foram eficientes, porém, explica que os próprios moradores não seguiram as recomendações, mas contrário ao depoimento da outra entrevistada de que as pessoas estavam fazendo pelo desespero, pela necessidade de ter uma renda.

A condição insular que poderia ser uma barreira acabou, no caso, se colocando como um atrativo, e Cairu seguiu nesse compasso de ter uma lei dizendo não, mas com pessoas burlando-a – até setembro de 2020, quando formalmente retomou o turismo em suas ilhas, com a condição do poder público local de instituir protocolos para contenção da transmissão, mas ao mesmo tempo criando meios de recuperar o tempo que ficou sem receber turistas, como se recolocar no mercado turístico.

### Consequências sociais e o caminho para a superação

A pesquisadora Sheller (2021) chama a atenção para essa forma de mobilidade de um grupo privilegiado, e evoca o conceito de justiça da mobilidade que se aplica a casos em que um grupo com maior poder aquisitivo poder se locomover e o outro não, o que expressa formas de poder desigual, que tem raízes históricas em uma economia extrativista, baseada em um capitalismo racial e neocolonial, que aumenta a injustiça social e ambiental. Ela ainda argumenta como essas diferenças ficaram visíveis no momento da pandemia da covid-19, em que pessoas com maior poder aquisitivo compraram propriedades em destinos de férias para transformarem em espaços de trabalho remoto, mantendo suas rendas e empregos. Por outro lado, em destinos turísticos a população teve que conviver com pessoas que realizavam uma mobilidade inconsequente, ao passo em que os residentes ficavam sujeitos à exposição, já que teriam que se movimentar para atender aos interesses dos que estavam em melhores condições.

Em um programa televisivo na Rede Bahia foram ao ar vídeos de moradores dizendo que o comércio funcionava e que turistas circulavam sem máscaras. Diante disso, a prefeitura local emitiu a seguinte nota:

[...] lamentavelmente o número de policiais militares para atender o arquipélago é insuficiente. Novas demandas, como o toque de recolher e ações de fechamento do comércio informal gerado pelo decreto nº 20.254 do Governo do Estado, requerem um efetivo maior. A logística é de difícil execução, principalmente por se tratar de um município arquipélago. Apesar dessas limitações, a Prefeitura tem tomado providências para que as irregularidades sejam sanadas (Ascom, 2021).

O poder público tentava minimizar sua responsabilidade em relação à fiscalização, pois apesar de o município se constituir um arquipélago, com difícil deslocamento, era na vila de Morro de São Paulo que circulavam os turistas. A rua principal leva a todas as praias, de modo que não é nada difícil pôr em prática medidas de controle dos turistas. Mesmo diante das restrições da capacidade em hotéis e de passeios, as normas eram desobedecidas, com argumentos de ser uma como forma de se obter uma renda que ficara tempo sem entrar na localidade.

Tivemos muito, como o pessoal falava, coisas clandestinas que estavam acontecendo na ilha sem ter a permissão do próprio município. Por exemplo, alguns passeios turísticos não podiam sem autorização da prefeitura, mas estavam ocorrendo. E aí houve, em certo período, um aumento de contaminação, mas não foi falado de forma tão ampla. Principalmente em Morro de São Paulo, não sei se eles tinham muito medo de publicar essa questão dos dados de Morro de São Paulo, queriam mostrar que estava diminuindo, e isso era para favorecer de fato o turismo, para a retomada das atividades turísticas (Entrevistado 4 – CB, 2022).

A entrevistada ainda justifica a atitude de algumas pessoas de não seguirem as normas justamente pelo desespero financeiro que foi causado pelo isolamento da pandemia, como podemos ver a seguir:

Mas até então ficou nisso, sabe? Muitas pessoas ficaram muito agoniadas. Como eu disse, a gente vive do turismo, a gente vive das atividades turísticas e não tinha outra atividade a não ser essa. Então, uma vez que foi tirado dos nativos, muitos deles ficaram agoniados para retornar, para fazerem acontecer ali o turismo (Entrevistado 4 – CB, 2022).

E prossegue:

Então, houve uma parcela que estava de acordo com os decretos e houve também outra parcela que não estava de acordo com os decretos e acabaram fazendo de forma clandestina. Eu ouvi muito durante a pandemia, ah, fulano está saindo com a lancha, com tais turistas para fazer tal passeio, não pode, não sei o que mais. E também houve uma questão, principalmente no passeio em volta à ilha, sobre a limitação de pessoas dentro da embarcação, que até hoje ficou acatado isso. Hoje não sai uma lancha, por exemplo, com a lotação máxima, (Entrevistado 4 – CB, 2022).

O turismo continuava na ilha ao mesmo tempo que moradores reclamavam da fiscalização que não coibia a falta do uso do equipamento de proteção. A prefeitura,

por seu lado, dizia “Nós estamos tomando todas as medidas possíveis e capazes de conter e controlar o Coronavírus, de modo que nossos números não são alarmantes” (Santana, 2021).

As questões aqui apresentadas permitem pensar as tensões que envolvem as ações públicas de desenvolvimento do turismo em sua relação com a pandemia da covid-19. Elas também indicam o modo de tratar o problema na localidade analisada, com ações de controle muitas vezes restritas ao poder político e sujeitas às pressões dos interesses do setor turístico, que não consideraram a participação social nas ações de planejamento e de gestão do turismo em tempos pandêmicos. Os moradores locais não deixam de registrar como viram a questão, se referindo tanto ao aumento de casos no local, quanto a ações voltadas ao recebimento de visitantes que continuavam a ocorrer na clandestinidade, comprometendo a saúde dos moradores, mas não foram considerados.

Nesse sentido, é importante olhar para os trabalhadores que ficam na ponta final das atividades associadas ao turismo, aqueles para os quais a pandemia foi um problema imenso, não só pelos riscos de infecção e mortes, como por falta de renda e condições de sobrevivência. São pessoas que trabalham na informalidade, sem direitos trabalhistas, sem assistência médica. Entre esses aparecem os carregadores de malas, homens de peles pretas, que trabalham com uma ideia de uma uberização, devido a acreditarem que têm autonomia de trabalho. São pessoas que ficam horas esperando na fila esperando por pegar bagagens de turistas. Eles estão entre os que se situam no elo mais frágil da cadeia turística, são pessoas que ficam nessa condição desde o tempo em que carregavam as malas dos portugueses que desembarcavam com o intuito de explorar o território.

As entrevistas com esse grupo foram complexas. Se por um lado a discussão fluía sobre a organização da categoria, por outro ficava mais difícil quando as perguntas se voltavam para a covid-19. A dificuldade é relatada por carregadores de mala, alguns de forma indignada, outros de forma conformista, como se vê abaixo:

Acabou, e a gente teve que partir para a pesca meu irmão. Sair de manhã cedo debaixo chuva às vezes, pedindo força a Deus, bebendo um bem suco de laranja, que o pessoal disse que era pra beber bastante suco, de laranja, de limão, certo, para não pegar doença (Entrevistado 11- ES, setembro, 2023 ).

E ele prossegue:

As pessoas que trabalhavam em Morro de São Paulo nas pousadas, nos hotéis e outras coisas ainda deu sorte, porque o hotel, vários hotéis liberou um bocado de gente, mandou ir embora porque não tinha trabalho e os que eles queriam que continuasse ficou pagando meio salário, certo? Agora imagine a pessoa pagar aluguel, internet, outras coisas, ficam tudo caro, e para comer? O salário, o que é um

salário hoje, um salário mínimo? Então a pessoa ia passar fome. Não passou fome porque graças a Deus aqui tem um mar, e a gente, eu mesmo praticamente passei a pandemia procurando pescar porque não tinha outra coisa para fazer, ainda não podia sair. Quando a polícia via a gente na rua, perguntava: rapaz está fazendo o que na rua? Eu estou indo pescar, pegar uma canoazinha, um pedacinho de rede que a gente tinha. E aí foi isso aí que a gente passou na pandemia aqui, meu irmão, mas foi bizarro viu? Foi bizarro (Entrevistado - 11, ES, setembro, 2023).

Em Morro há um discurso frequente que justifica a não participação dos segmentos de trabalho informal nas decisões dos rumos do turismo e que se apega a uma suposta falta de cognição ou mesmo de consciência política a justificar a não participação da comunidade. Todavia, andando pelas ruas ou mesmo no transporte, nos barcos, sempre se veem pessoas reclamando de questões referentes a políticas públicas. Nas reuniões chamadas pelo poder público para discutir projetos, essas pessoas não participam, e isso se explica se pensarmos na linguagem que é utilizada para o chamamento, uma forma de distanciar as pessoas. Percebe-se também que, na maioria das vezes, não se tem uma discussão sobre as questões e implicações do problema, mas sim de projetos que são apresentados, em grande parte para aliados do governo que concordam com eles, sem deixar que a discussão flua para o social mais amplo. Assim, pode-se inferir que existe um modo de fazer que impede que a população tenha uma participação efetiva nas tomadas de decisão. Isso se vê na fala do entrevistado abaixo, presidente da associação dos carregadores de mala, ao ser perguntado se ele teria algo para falar sobre o momento da pandemia e ele responde o seguinte:

Deveria ter tido uma preocupação maior com essa categoria, que inclusive são os representantes direto de Morro aqui no Cais, o nosso grupo é o cartão-postal. A gente recebe todo turista que chega aqui na ilha, passa primeiro por nós até chegar aos demais estabelecimentos, hotéis, pousadas, restaurantes, enfim (Entrevistado 5 – DS, 2022).

No seu relato nota-se uma queixa sobre certo descaso do poder público para com essa categoria de trabalhadores. Ele fala da importância da função de um cartão postal do local e refere-se a algo que nas propagandas é utilizado pela prefeitura, de que os carregadores são “patrimônio do Morro”, porém, que acredita não serem tratados como deveriam. Para ele, a importância da categoria está também em ser o primeiro contato do turista com a localidade, já que o recepciona assim que chega à ilha.

Quando questionado se existe espaço para um diálogo com o poder público, o presidente responde que até existe, mas na prática não são levadas em conta as suas reivindicações, como segue em seu relato:

A gente consegue espaço para dialogar com o poder público, a questão é o retorno do poder público. Ele nos ouve, claro, e, como eu estou falando, a questão é aquilo que a gente pede, o que a gente apresenta e aguarda o retorno. Isso não chega exatamente como planejamos, infelizmente essa é a dificuldade que temos de resolver (Entrevistado 5 – DS, 2022).

Pelo relato, percebemos que não falta espaço para levar as decisões, mas o poder público não cria estratégias para dar uma melhor forma de trabalho para os carregadores, e se torna mais difícil pelo fato de eles não terem os direitos trabalhistas caso trabalhassem de carteira assinada. Essa situação se aplica não só aos carregadores de mala, mas os demais trabalhadores precarizados do setor turístico, que foram os mais prejudicados pela pandemia.

Para Sheller (2021), o turismo pós-pandêmico precisa ser pensado com condições de maior justiça de mobilidade, em relação às pandemias subsequentes, bem como tensões pelo direito à terra, água e condições de vida, como também o direito da natureza dos seres não humanos. Ela considera que há uma natureza predatória do turismo, que foi intensificada ao invés de ter sido domada pela pandemia, ou mesmo repensada de outras formas resultando em um turismo mais responsável.

### Considerações finais

A hipótese pensada foi confirmada na medida em que se viu que, no Morro de São Paulo, não se seguiram as recomendações de contenção social, ocorrendo festas clandestinas bem como a entradas de turistas de forma ilegal na ilha, o que levou à disseminação da doença e mortes na localidade. As entrevistas indicaram que parte da população entende que as medidas para fiscalização não foram levadas a sério, foi possível perceber que moradores disseram que não estavam de acordo como estavam sendo tratadas essas medidas, que eram impostas restrições nos bairros mais pobres, onde grande parte dos trabalhadores residia, enquanto no centro, na vila em Morro de São Paulo a fiscalização era muito mais flexível. Por outra parte, sobretudo a representada por agentes do poder público e de empresários, consideraram que as medidas foram exageradas e que resultaram em perdas de renda e retração da atividade.

Assim, pode-se concluir que o turismo é uma atividade muito sensível em ocasiões que são necessárias medidas sanitárias, já que quando ocorre uma pandemia como a covid-19, a atividade como um todo é atingida. Nesse contexto, lugares que têm o turismo como sua principal forma de obtenção de receitas são muito impactados devido à dependência do turismo e isso se aprofunda quando tais lugares se encontram num contexto insular.

## REFERÊNCIAS

- CALVENTE, M. M. H. *No território do azul marinho: a busca do espaço caiçara*. Dissertação. 1993. 162 p. (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.
- DIEGUES, A.C. S. *Sociedades insulares e biodiversidade*. São Paulo: Napaub, 1999.
- SANTANA, F. Após réveillon, casos de covid no sul da Bahia crescem 20%. *Portal Terra*, [S. l.], p. 1, 3 fev. 2021. Disponível em: <https://www.terra.com.br/vida-e-estilo/saude/apos-reveillon-casos-de-covid-no-sul-da-bahia-crescem-20,4cf2999b35e9004e7a5339be1fdc7dab8fkwj5w.html>. Acesso em: 17 jul. 2021.
- SHELLER, M. Mobility justice and the return of tourism after the pandemic. *Mondes du Tourisme*, v. 19, 2021. Disponível em: <http://journals.openedition.org/tourisme/3463>. Acesso em: 12 jul. 2023.

